




FAZENDO TERRITÓRIO A PARTIR DO CORPO: A IMIGRAÇÃO EM TAPACHULA DESDE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

MAKING TERRITORY WITH THE BODY: THE IMMIGRATION IN TAPACHULA THROUGH GENDER PERSPECTIVE

HACIENDO TERRITÓRIO DESDE EL CUERPO: LA INMIGRACIÓN EN TAPACHULA DESDE UNA PERSPECTIVA DE GÉNERO

Julia Ferreira Scavitti³⁵

Ramón Alejandro Montoya³⁶

 [10.21665/2318-3888.v10n19p72-108](https://doi.org/10.21665/2318-3888.v10n19p72-108)

RESUMO

Esse trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado sobre imigrações no Brasil e no México iniciado em 2020. Seu objetivo é, a partir do trabalho de campo qualitativo realizado em 2021 e em experiências prévias dos autores, discutir a corporalidade e subjetividade das imigrações, desde uma perspectiva de gênero e feminista, propondo pensar os direitos da imigração como ligados ao corpo-território que representa a pessoa imigrante. O objetivo atende, ademais, ao compromisso ético dos pesquisadores com relação aos direitos humanos das pessoas imigrantes, tão sistematicamente violados como se percebe nesse campo de estudo, justificando-se pela necessidade de evidenciar as vozes e reivindicações da imigração. A metodologia de trabalho envolvida foi do tipo qualitativa com realização de etnografias, entrevistas, observação participante, bem como revisão bibliográfica e participação constante em espaços de divulgação e troca entre pares. É, sobretudo, um exercício de escuta e aprendizagem.

Palavras-chave: Corpo. Território. México. Fronteira Sul. Imigração.

³⁵ Graduada em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Latino-americanos em território, cultura e sociedade pela Universidad Autónoma de San Luis Potosí, na cidade de San Luis Potosí, no México. E-mail: ju.scavitti@gmail.com.

³⁶ Doutorado em História pela Universidad de Montreal. Professor na Universidad Autónoma de San Luis Potosí. E-mail: shunco@gmail.com.



ABSTRACT

This paper is part of a doctoral research on immigration in Brazil and Mexico started in 2020. Its objective is, based on qualitative fieldwork carried out in 2021 and on previous experiences of the authors, to discuss the corporeality and subjectivity of immigration, from a gender and feminist perspective, proposing to think of immigration rights as linked to the body-territory that represents the immigrant person. The objective also meets the ethical commitment of researchers in relation to the human rights of immigrant people, as systematically violated as is perceived in this field of study, justified by the need to highlight the voices and claims of immigration. The work methodology involved was qualitative, with ethnographies, interviews, participant observation, as well as bibliographic review and constant participation in spaces for dissemination and exchange between peers. It is, above all, an exercise in listening and learning.

Keywords: Body. Territory. Mexico. Immigration. South Border.

RESUMEN

Este artículo es parte de una investigación doctoral sobre inmigración en Brasil y México iniciada en 2020. Su objetivo es, a partir de un trabajo de campo cualitativo realizado en 2021 y de experiencias previas de los autores, discutir la corporeidad y subjetividad de la inmigración, desde una perspectiva de género y feminista, proponiendo pensar los derechos de inmigración como vinculados al cuerpo-territorio que representa a la persona inmigrante. El objetivo responde también al compromiso ético de los investigadores en relación con los derechos humanos de las personas inmigrantes, tan sistemáticamente vulnerados como se percibe en este campo de estudio, justificado por la necesidad de poner de relieve las voces y reivindicaciones de la inmigración. La metodología de trabajo involucrada fue cualitativa, con etnografías, entrevistas, observación participante, así como revisión bibliográfica y participación constante en espacios de difusión e intercambio entre pares. Es, más que todo, un ejercicio de escucha y de aprendizaje.

Palabras clave: Cuerpo. Territorio. Inmigración. México. Frontera Sur.

Introdução

Na fronteira sul do México, em uma região chamada *Soconusco*, conhecida sobretudo pela produção de café e cacau, existe uma cidade quase na linha de divisão com a Guatemala: Tapachula. Quase, pois a cidade realmente fronteiriça se chama *Ciudad*



Hidalgo, mas é Tapachula que funciona como primeiro lugar de um amplo aparelho burocrático, estatal e não estatal, de gestão da imigração, servindo como indispensável lugar de passagem e parada para mulheres e homens que chegam migrando de diferentes países centro-americanos, caribenhos, sul-americanos ou mesmo de lugares do mundo extracontinental, depois de passarem por vários outros países centro e sul-americanos e rotas migratórias distintas.

Tapachula é uma cidade marcada historicamente pela presença das migrações internacionais e por um alto fluxo de circulação de pessoas, por sua importância econômica na região e estrutura burocrática, ademais da presença de autopistas e do histórico, porém agora desativado, marco inicial da linha do trem de cargas que percorre quase todo México. É fundamental dizer que foram ocorrendo mudanças substanciais no perfil imigratório da região nos últimos cinco anos, para os quais se olha de maneira específica nessa pesquisa, gerando intensos debates entre diversos setores da sociedade em decorrência do aumento da presença imigrante mais *permanente* na cidade, setores como universidades e pesquisadores, organizações da sociedade civil e terceiro setor, instituições internacionais e governos, todos os e as envolvidos com o tema das migrações internacionais.

Desde o contexto contemporâneo, também se pode dizer que existe uma conexão recente e peculiar, via Tapachula, entre América do Sul e México, e Brasil e México, uma vez que muitas pessoas imigrantes, haitianas e venezuelanas, por exemplo, vem saindo do Brasil, da Venezuela, do Chile e da Colômbia e ingressando pelo sul do México com um objetivo, na maioria das vezes, de chegar aos Estados Unidos, estabelecendo-se assim um certo novo fluxo migratório na região.

Nas últimas décadas, México vem sendo não só um país de origem de migrantes, como também uma nação de trânsito e, cada vez mais, destino dentro de um mesmo processo migratório de mobilidade humana. O tema de nosso trabalho é explorar



justamente a migração de passagem e permanência no território mexicano, marcada por desafios e violências de diversas naturezas. Com relação às migrações contemporâneas aqui refletidas, é importante observar que os fatores sociais, políticos e econômicos aliados ao largo caminho a ser percorrido por homens e mulheres migrando, de certa forma vem reconfigurando territórios e relações entre países de origem, trânsito e destino que compõe o cenário total da migração internacional na região, levantando novos e velhos dilemas no que diz respeito ao direito à mobilidade e à vida digna das pessoas que compõem os fluxos massivos em migração.

Fruto de uma pesquisa de doutorado iniciada em 2020, trabalho de campo realizado entre setembro e outubro de 2021 na cidade de Tapachula e trabalhos de campo acumulados ao longo de anos de produção sobre a imigração na região México – Estados Unidos da América, esse artigo busca refletir sobre o lugar do corpo humano, corpo vida orgânico, nas migrações internacionais, quer dizer, o corpo como instrumento de experiência de vida vivida cotidianamente por homens e mulheres que estão em condição de (i)migrantes; pessoas que se tornam estrangeiras em países que muitas vezes lhes são desconhecidos, e que vivem essa condição de migração e “estrangeirismo” através de seus próprios corpos e identidades, reflexão essa que se constrói com base nas elaborações dos estudos feministas e da perspectiva de gênero buscando aprofundar o diálogo desses com os estudos migratórios.

Com relação ao recorte geográfico desse estudo, evocamos o debate teórico apresentado na coletânea de artigos *Escrituras Fronterizas desde el Sur*. A autora Marta Sierra (2014) apresenta detalhada discussão sobre uma metodologia e epistemologia feminista advinda de um “terceiro feminismo”, isto é, decolonial e latino-americano, explicando que na construção da cartografia política que divide os países dentro do mundo capitalista, patriarcal e racista em que vivemos, existem



uma série de tipologias conceituais binárias que classificam territórios, conhecimentos, mundos e corpos, tais como, de acordo ainda com o Chandra Mohanty e Jacqui Alexander (1997), países de “Primeiro e Terceiro Mundo” ou Norte e Sul Global.

Assim, em se tratando das migrações aqui analisadas, Segundo Muñoz Bravo (2016) há uma nomenclatura específica e oficial que se utiliza para falar sobre a migração entre países classificados como “subdesenvolvidos”, proposta inclusive pela Organização Internacional para Migrações (OIM): migrações Sul-Sul (p. 335), e embora muitas vezes o destino almejado seja um país do Norte Global, por diversas razões essas migrações acabam concentradas em países do Sul tornando-se uma questão a mais a integrar-se a estruturas sociais com diversas desigualdades sociais, sendo comumente encaradas como “crises migratórias”.

Desde uma perspectiva teórica e metodológica de gênero e feminista, procuramos interpretar a realidade vivida em campo e apreendida através da revisão bibliográfica de pares, buscando refletir sobre a imigração também desde um lugar de subjetividade e sensibilidade humana, da experiência corporal de vida cotidiana e resistência e, enfim, de aprendizado vivido através do próprio corpo, este como um território em constante disputa de dominação, regulação e controle, como passa historicamente com as mulheres em diferentes contextos e de diferentes formas, sendo um exemplo mais recente os retrocessos com relação ao reconhecimento constitucional do direito ao aborto nos Estados Unidos da América e os recentes debates restritivos que vem surgindo no Brasil diante de casos divulgados pela mídia brasileira.

Reivindicamos em especial as reflexões feministas decoloniais que elaboram de forma bela, intensa e carnal a teoria vivida por mulheres em países latino-americanos e aportam com novos vocabulários à construção e produção de



conhecimento dentro das ciências sociais e humanas, atentas às demandas de nossa realidade e possibilidades de intervenção e transformação do mundo em que vivemos. É nesse sentido que, por exemplo, olhando para os conflitos nos diversos cantos de Abya Yala, nome usado para identificar o território latino-americano³⁷, nota-se que a luta em defesa da terra, principalmente a protagonizada pelas mulheres, se dá primeiro a partir do próprio corpo, como demonstra o trabalho de compilação de artigos em livro da Ediciones Abya Yala, *Cuerpos, territorios y feminismo* usado como principal base teórica e metodológica aqui.

Foi principalmente dessas reflexões que retiramos a noção de corpo-território para, dentro da realidade estudada por nós, tentar interpretar e responder diversas perguntas que temos em geral sobre as coisas e acontecimentos do mundo: como, por que, quando, quem. Buscamos levantar também quais possibilidades se podem construir para fundamentar e efetivar a noção de direitos humanos, tão amplamente evocada no campo dos estudos e políticas migratórias, mas que em diversos contextos permanecem mais no discurso do que na prática. Nossa discussão pretende interpretar a realidade vivida e observada entre a imigração, sobretudo haitiana, venezuelana e centro-americana na cidade de Tapachula, articulando dimensões como de identidade, raça (e racismo), classe (e desigualdade social), resistência e inserção das pessoas imigrantes nesse território de passagem e permanência imposta.

Para tanto, além da já citada revisão bibliográfica e do constante debate entre pares, a reflexão se constitui principalmente por métodos qualitativos de investigação, tais como a realização de etnografia, entrevistas, observação participante e a postura de *implicar-se* na pesquisa (RODAS, 2020). Levando em consideração ainda que uma

³⁷ As autoras Dutra e Bandeira (2015) em artigo sobre os feminismos latino-americanos identificaram que o termo origina do idioma nativo da América chamado Kuna de povo de mesmo nome e que sempre habitaram o que hoje é o Panamá.



das autoras é, ela mesma, estrangeira e imigrante no contexto estudado, bem como o autor também viveu, como mexicano, em países do Norte Global, muito se pôde pensar sobre as relações que se construíam em Tapachula durante o trabalho de pesquisa e vivência, os momentos de aproximação e distanciamento entre os diferentes tipos de migrante que somos, de acordo com os papéis sociais e identitários que representamos e trazemos.

O artigo está estruturado por uma primeira parte de contextualização histórica e geográfica. Em seguida apresenta uma sessão teórica e metodológica que busca, a partir de teorias feministas, gênero e de uma perspectiva crítica, dialogar com os estudos migratórios através da ideia de corpo-território. A terceira sessão apresenta uma breve discussão de perspectivas sobre a noção de território que se contesta e desafia a partir da imigração em sua vida e movimento. Por fim, como considerações finais, propomos reflexões sobre horizontes políticos e ideológicos possíveis no que diz respeito à gestão das imigrações no contexto contemporâneo.

1. A imigração e um breve histórico sobre México e Tapachula

Com relação aos estudos migratórios, reivindicamos aqui a perspectiva teórica de Abdelmalek Sayad (1998) que fala da migração como fato social total, isto é, um fenômeno que precisa ser pensado e compreendido na conexão entre lugares de origem, destino e trânsito e razões de ser, produzida em contextos políticos situados historicamente. A imigração para a qual olhamos nesse sentido é uma imigração interna ao continente americano de conjunto, envolvendo países desiguais econômica e socialmente, e extremamente vulnerabilizada sobretudo por questões estruturais de raça e classe que organizam o mundo em que vivemos. São migrações que muitas vezes se produzem por razões que escapam ao controle direto das



peças: guerras, violências, desastres naturais, extrativismo predatório de territórios e empobrecimento sistemático, criando assim fatores que influenciarão inexoravelmente nas decisões de emigrar, migrar, imigrar.

Ademais, Sayad teoriza com bastante atenção sobre a figura jurídico-política do/da (i)migrante, primeiro como uma identidade produzida a partir da lógica de organização das sociedades e do Estado-nação, para depois aprofundar sobre os aspectos mais identitários e inclusive subjetivos que dita imagem/representação simbólica gerará tanto nas pessoas migrantes quanto naquelas que são autóctones, isto é, vivem onde nasceram, das sociedades de destino – e de trânsito. A pessoa migrante se converte assim em sujeito que não é nem daqui, nem de lá, mas daqui e de lá ao mesmo tempo, o que lhe gera incertezas não apenas com relação à sua vida cotidiana e futura, como com relação à possibilidade de acessar direitos por onde vai passando e vivendo para viver plenamente.

México é conhecido por ser o “corredor migratório” mais transitado do mundo, uma vez que é um caminho que leva aos Estados Unidos da América. Além de ser um país, portanto, de trânsito, possui uma história de emigração da população, e por muito tempo figurou dentro dos estudos migratorios como um país de origem da migração – sendo a população mexicana a mais numerosa nos Estados Unidos da América atualmente. Além disso, junto a esse país possui um histórico de relações bilaterais e acordos de oferta de força de trabalho de diversas naturezas, inclusive que buscaram regulamentar e fomentar uma migração permitida, como é o caso do programa da primeira metade do século XX, “*Programa Bracero*”, entre outras iniciativas, ademais do fluxo contínuo “indocumentado” que permaneceu paralelo às políticas de incentivo a uma migração ordenada por interesses estadunidenses e tempos bem definidos (ÁLVAREZ VELASCO, 2016; HUERTA, 2019; JOHNSON e MORENO, 2020).



Em 2019 o governo do então presidente Andrés Manuel López Obrador (AMLO) lançou oficialmente o chamado *Plan de Migración y Desarrollo* voltado para, de acordo com pronunciamento oficial realizado em dezembro desse ano, com relação a avaliar os efeitos do programa, “frear a imposição de barreiras por parte do governo dos Estados Unidos” aos produtos mexicanos que eram exportados ao vizinho nortenho. AMLO declarou assim que o programa respondia às pressões dos EUA com relação ao crescente fluxo de pessoas cruzando a fronteira sul do país advindas do México, e informou que o objetivo do mesmo era “solucionar uma crise” que se produziu entre os dois com relação à migração. Em linhas gerais, o papel do México era conter as pessoas imigrantes em seu território³⁸.

Outro aspecto determinante para o aumento da presença imigrante no México foi a política estadunidense do governo de Donald Trump conhecida como *Quédete en México* cujo nome oficial em inglês é *Migrant Protection Protocols (MPP)* que desde 2019 foi implementado na fronteira sul com o México e basicamente consistia em que as pessoas que entravam no país solicitando asilo eram retornadas ao México para aguardarem seus processos legais nesse país, tendo como um dos efeitos a superlotação de albergues da fronteira norte e formação de diversos acampamentos e tempos de espera e incerteza extremamente grandes. Em 2022 o programa foi derrubado pelo governo de Joe Biden depois de batalhar na justiça estadunidense e já não é aplicado oficialmente, ainda que existam muitas pessoas que seguem “esperando no México”.

Nesse cenário a cidade de Tapachula, localizada no estado de Chiapas, é um importante lugar para o plano mexicano, já que figura como a porta de entrada da imigração centro-americana e sul-americana no país, tornando-se um território de

³⁸ O pronunciamento oficial pode ser visto em:
https://www.youtube.com/watch?v=jLq3MNY7crM&t=3138s&ab_channel=Andr%C3%A9sManuelL%C3%B3pezObrador.



contenção e espera da imigração a partir de medidas tomadas pelo estado mexicano. Assim, pela lógica de produção da região, além de ser parte do que conecta os países da América Central e do Norte, a imigração e mobilidade de pessoas de forma geral também sempre estiveram presentes, em especial a migração temporária ligada aos ciclos dos produtos agrícolas, quando sobretudo homens e mulheres guatemaltecos saíam de seu país para passar um tempo no México, trabalhando na colheita, plantação e cultivo (ÁLVAREZ VELASCO, 2016).

Além dessa migração vinculada a determinados tipos de trabalho, também já se estudou muito sobre a migração de trânsito, sobretudo centro-americana, que ainda que chegasse à cidade de Tapachula costumava tê-la como ponto de partida para subir nos trens conhecidos como *La Bestia*, para seguir em direção ao norte, em uma migração extremamente precarizada. Essa prática, muito conhecida na região, fazia com que a principal característica da imigração ali fosse temporária, rápida (ÁLVAREZ VELASCO, 2016). Porém, com a desativação desse trecho de linhas de trem em decorrência de inundações que destruíram sua estrutura, já não é mais possível sair desde Tapachula, sendo necessário caminhar mais quando a opção é utilizar trem de carga como meio de transporte. Hoje, Tapachula oferece como rota de saída os terminais aéreo e rodoviário, rodovias que vem sendo constantemente usadas para o deslocamento de caravanas de pessoas que juntas caminham e migram a pé.

Em decorrência de um contexto mexicano onde a imigração é marcada por violência, sequestros, assassinatos e condições extremas para algumas pessoas migrantes (ÁLVAREZ VELASCO, 2016) e depois de muita pressão e ativismo com relação às legislações e postura do Estado, em 2011 se elaborou a lei atual sobre migração, regulamentada em 2012. Nesse sentido, é importante salientar que a *Ley de Migración* promoveu uma mudança radical na concepção, ao menos jurídica, de pessoa imigrante no México. Anteriormente à essa lei o país não contava com uma



legislação migratória específica, sendo sua *Ley General de Población*, de 1974, que definia o que era a imigração e quem era a pessoa imigrante. Essa lei construía a figura da pessoa “imigrante irregular” ou “indocumentada”, gerando um precedente legal para sua criminalização a nível penal, sendo possível então que uma pessoa fosse detida pelas autoridades estatais do país e pudesse responder criminalmente por “delito de migrar”. A lei de 2011 avançou em descriminalizar a migração, aspecto central para considerá-la um avanço, principalmente considerando as diferentes violências que as pessoas migrantes sofriam nesse país.

Johnson e Moreno (2020) em importante reflexão sobre as transformações do perfil e dos números da imigração no México nos últimos anos, analisando em específico a imigração ligada à modalidade de refúgio, a mais massiva presente em Tapachula. Apontam assim que principalmente entre 2018 e 2019 houve um aumento substancial nas solicitações de refúgio feitas à Comissão Mexicana de Ajuda a Refugiados (COMAR), período que reflete também o momento de endurecimento das políticas migratórias restritivas estadunidenses no contexto do governo de Donald Trump.

Nesse sentido, apontam o aumento da presença imigrante venezuelana, haitiana, além das já mais históricas que são salvadorenha, guatemalteca e hondurenha – todas essas nacionalidades que chegam justamente pela fronteira sul mexicana. Em 2021, de acordo com o material de divulgação oficial do governo mexicano, *Boletín Mensual de Estadísticas Migratorias 2021* (janeiro de 2022, p. 16) foram registradas oficialmente pelo Instituto Nacional de Migração (INM) 1.452.806 entradas de imigrantes no país apenas pela fronteira sul. O mesmo INM concedeu em 2021 um total de 87.174 vistos por razão humanitária, sendo Chiapas o estado com maior número: 20.364.



2. Teoria feminista decolonial e imigração: um diálogo para contemplar a subjetividade

Críticos a uma visão positivista sobre as ciências sociais e humanas, a qual produz como efeito a concepção de que as pesquisas nesse campo devem ser neutras e não trazerem aspectos políticos à discussão, por exemplo, pensamos importante levar em consideração não apenas o resultado a que se chega a partir de uma pesquisa qualitativa, como também o papel e envolvimento que tem com seu “campo”, principalmente no compromisso ético e político relacional inevitável que se gera entre pesquisador e pesquisados/as (MARCHESE, 2019; 2020; RODAS, 2020). Assim, consideramos que a dimensão subjetiva e humana é importante conteúdo da produção de conhecimento que se produz a partir desse indispensável trabalho científico.

Rodas (2020) irá propor uma espécie de aprofundamento crítico para pensar metodologias de pesquisa qualitativa como a etnografia e a observação participante. Sem descartá-las, o autor conseguiu captar diversas angústias presentes em nossos trabalhos de campo com relação ao suposto distanciamento necessário para se fazer pesquisa. Sua reflexão veio de encontro a como nos sentíamos quando íamos à campo observar e viver a dinâmica dos mercados, das ruas, das praças e ao conversar com as pessoas imigrantes presentes nos territórios por onde passamos. Assim, reivindicamos também a proposta do autor de *implicar-se* em sua própria pesquisa.

Mi idea de *implicación* (...) coincide con (...) que el método etnográfico es más la posibilidad de tener un cierto tipo de experiencia que la observancia de un determinado esquema (...) Ya que la reificación constituye una postura frente al mundo, una postura que lo ve como una cosa, implicarse podría pensarse como una postura que desdibuja esta distinción a través del involucramiento existencial; quiero decir no únicamente una



postura participativa de la vida de los otros sino una donde uno se reconoce a sí mismo en ese mundo con sus propias circunstancias” (RODAS, 2020, p. 212).

Essa postura de implicar-se dialoga com a proposta da autora feminista Donna Haraway (1995) de levar-se em conta, durante toda a produção de conhecimento, que o sujeito de pesquisa está situado, o que significa que ele próprio possui uma posição no mundo e dentro das relações estabelecidas durante a investigação, posicionamento que se relaciona à sua identidade e que deve ser levado em consideração desde um ponto de vista metodológico e político. Teorias feministas latino-americanas e decoloniais em suas críticas sempre chamam a atenção para esse aspecto, propondo assim novas formas de fazer ciência na Academia onde a subjetividade e a dimensão política relacional ganha relevo e ainda assim seja possível produzir um conhecimento “legítimo”.

Uma vez que seria muita pretensão fazer uma recuperação bibliográfica completa de todas as teorias feministas e trabalhos com perspectiva de gênero que contribuíram com as formulações específicas latino-americanas, é ao menos importante apontar em linhas muito gerais onde estamos nos baseando quando falamos de perspectiva de gênero e metodologia feminista a fim de explicitar de onde se alimentam as discussões decoloniais dentro do feminismo.

A construção da categoria de gênero é complexa, envolta em diversas interpretações, críticas e defesas dentro do pensamento feminista ocidental e das correntes que vão surgindo a partir da crítica e diálogo com as ideias da primeira e segunda onda do feminismo, como a pós-colonial e o decolonial. A autora Adriana Piscitelli (2002) na coletânea de textos *A prática Feminista e o Conceito de Gênero* refaz o percurso histórico do surgimento do conceito, localizando-o na autora Gayle Rubin em *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo* publicado originalmente em inglês em 1975. Piscitelli menciona que essa categoria já figurava



nos debates sem ser enunciada, como esforço de desnaturalizar a ideia de inferioridade da mulher em relação ao homem, localiza em Rubin a construção de uma definição anunciada: um conceito que baseia-se na premissa de que existe um elemento, “sexo/gênero”, que estrutura as sociedades, definindo-o como um “conjunto de arranjos através dos quais a matéria prima biológica do sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção social humana” (PISCITELLI, 2002, p. 17).

Tal debate se localiza na chamada segunda onda do feminismo, entre os anos 1970 e 1980, e muito rapidamente o conceito de gênero começará a ser abordado de diferentes formas por autoras feministas em diferentes campos de conhecimento, seja buscando reforçá-lo, seja buscando criticá-lo e aprofundá-lo, como é o caso da autora Judith Butler (2019) em *Corpos que importam* e em outros trabalhos, contribuindo a contextualizar e historicizar o conceito em lugar de aplicá-lo como uma entidade, algo fixo ou dado previamente, propondo um entendimento mais abrangente e “elástico” do conceito de gênero e do que viria a “ser mulher”.

Nesse mesmo sentido, outra autora importante e já mencionada será Donna Haraway (1995), bióloga e historiadora que também contestará o conceito localizando-o dentro de um pensamento ocidental ao qual falta historicidade, sendo perigoso uma vez que torna as ideias de “homem” e “mulher” como figuras estáticas intactas e essencialistas, ademais de subordinar outras categorias indispensáveis para a construção da identidade humana tais como raça, classe ou nacionalidade. Essa autora em sua crítica também proporá novas formas de pensar o processo de construção do conhecimento destacando o lugar da dimensão relacional que existe não só na elaboração de gênero como na produção de epistemologias sobre o mundo.



Claudia de Lima Costa (2014) apresentará uma recapitulação histórica e explicação acerca do surgimento dos feminismos decoloniais, diferenciando-os dos pós-coloniais, embora tenham encontros com relação às posições críticas ao pensamento hegemônico moderno e colonial. A autora afirma que a decolonialidade busca em seu projeto um desligamento das epistemologias eurocêntricas e valorização de outros saberes e paradigmas com localizações geográficas no chamado Sul Global – nesse caso, a América, território onde houve invasão e dominação colonial. Do ponto de vista de desdobramentos metodológicos, a decolonialidade valoriza epistemologias biográficas e “corpo-políticas”, o que significa destacar a materialidade, corpórea, da produção de conhecimento, ademais dos “saberes fronteiriços”, destacando justamente o caráter relacional da pesquisa e da própria produção de conceitos identitários, já que identidades se formulam não no espelho da universalidade, como pressupõe o eurocêntrico, mas na relação de composição e relação entre um Eu e um Outro, ou vários Eus e vários Outros.

No já citado texto de Sierra (2014) se apresenta ainda o processo de construção de crítica decolonial e pós-colonial voltada ao conceito de gênero, localizando-o dentro do mesmo pensamento esquemático binário e de raiz moderna e colonial, propondo novas perspectivas sobre gênero que levem em consideração não apenas contextos geográficos e temporais específicos como também sua dimensão relacional e subjetiva, valorizando assim as experiências humanas práticas e sensíveis de quem materializa na pele as estruturas classificatórias do mundo em que se vive.

Nesse sentido se apresenta a discussão de importante feminista decolonial, a chilena María Lugones (2008) em seu texto *Colonialidad y Género* onde ainda que parta do pressuposto de que gênero é uma categoria que compõe a identidade dos sujeitos, elabora a crítica decolonial explicando a origem do conceito e sua correlação ao pensamento da Modernidade/Colonialidade, servindo assim como categoria de subjugação e dominação, assim como raça, classe e sexualidade. A autora evoca



importante teórico da corrente decolonial, Aníbal Quijano, para expressar uma das posições teóricas do feminismo decolonial que estabelecerá no contexto do continente americano o que ela chama de “sistema moderno-colonial de gênero”.

Ainda que reconheça que essa categoria tem como efeito a divisão das pessoas humana entre homens e mulheres em uma relação de hierarquia, dominação e resistência, afirmará que essa dualidade cumpre uma função econômica e política no contexto de colonização dos países para os quais está olhando, processo esse que nunca estará acabado desde o chamado “descobrimento” e tem como efeito “*la disolución forzada y crucial de los vínculos de solidaridad práctica entre las víctimas de la dominación y explotación que constituyen la colonialidad*” (LUGONES, 2008, p. 77). Há para ela uma escancarada organização colonial/moderna do gênero que configura ideias de dominação e de superioridade/inferioridade que “*reconcibe la humanidad y las relaciones humanas a través de una ficción, en términos biológicos*” (idem, p. 79).

Assim, a autora não afirma a necessidade de se desfazer desse conceito, que ademais é uma ferramenta analítica e estratégica dentro das ciências sociais (DUTRA e BANDEIRA, 2015), uma vez que ele explica essa dimensão da divisão identitária e política dos corpos humanos que habitam o mundo. Chama a atenção principalmente da dimensão discursiva e de produção/análise de conhecimento que naturaliza a ideia, o que gera categorias abstratas e universais como *Mulher*, que ademais em contextos colonizados como a América reduzem o escopo da variedade identitária e invisibilizam outras categorias que se veem dominadas e vitimizadas. A mesma lógica se aplica a essa identidade de Imigrante e, mais subalternizada a de imigrante indocumentado ou refugiado, sendo essas categorias subalternas na hierarquia social.



Assumir uma determinada perspectiva em uma pesquisa é, inicialmente, posicionar-se, situar-se como pesquisadores, evidenciando assim a nós mesmos. Um recorte de gênero significa compreender que o mundo está estruturado por um pensamento de polarização binária, narrativa que faz parte da construção de identidades sociais tais como, por exemplo, gênero, atribuindo papéis sociais desiguais e hierarquizados às pessoas, nesse caso homem ou mulher (BARRIOS-KLEE e MAZARIEGOS, 2020). Quando se pensa num binarismo com relação à migração, evocamos novamente Sayad, afinal algo que caracteriza um imigrante é viver constantemente baixo um estatuto social de “exceção”, no sentido de ter alguns direitos dificultados ou impossibilitados enquanto não contar com status de cidadão reconhecido por um Estado.

Desde uma postura metodológica e pessoal de pesquisadores, a perspectiva de gênero nos faz ativar mais o ouvido em todas as escutas de entrevistas, conversas e relatos, sobretudo quando se trata de interlocutoras, porque desde a perspectiva de gênero e da mulher, vemos mais prismas e de forma mais completa as contradições que organizam nosso mundo e nossa vida. A perspectiva metodológica de gênero permite espaço para lidar com as contradições, algo muito rechaçado em metodologias positivistas. Ademais, as feministas latino-americanas chamam atenção para o fato de que no contexto desse continente, de lutas contra o extrativismo e exploração da terra, é principalmente nos corpos das mulheres que vemos as marcas e evidências de questões sociais que nos assolam, porque capitalismo e patriarcado são faces da mesma moeda, um mesmo sistema (GARCÍA TORREZ, 2020; HERNÁNDEZ, 2020; BARRIOS-KLEE e MAZARIEGOS, 2020).

As teorias feministas só puderam propor suas críticas ao fazer ciência e às estruturas de poder acadêmicas, escancarando os machismos, patriarcalismos e racismos, porque insistiram em fazer pesquisas com perspectiva de gênero, com perspectiva de raça. Porque sabiam que, se não se pusesse ênfase naquilo (naqueles)



cotidianamente massacrado, não se poderia conhecer jamais essa perspectiva, a realidade vista desde esses lugares. É assim que se constrói escuta e aprendizado que fomenta parte da produção feminista latino-americana, sobretudo a anticolonial, antirracista. A escuta das mulheres ativistas em luta pelos seus territórios foi indispensável para elaborar teorias que vem sendo compartilhadas com o mundo desde os lugares mais difíceis, de subalternidade e opressão.

É a partir da defesa de que é indispensável escutar aqueles e aquelas que são constantemente silenciados ou diminuídas pelos poderes e forças políticas dominantes que se abre a possibilidade de produzir um conhecimento que reflita efetivamente a realidade violenta e contraditória do mundo, tornando possível enxergar as nuances dela como forma de repensar as intervenções e possíveis soluções para aquilo que se desenha como problema social, como o caso da violência contra a mulher, por exemplo ou, ainda, o que comumente se chama de crise migratória contemporânea. É dessa visão de enunciação da subalternidade e de denúncia que surge o conceito de corpo-território.

Nesse sentido, o livro *Cuerpos, Territorios y feminismo* nos apresenta uma serie de reflexões teóricas e empíricas com relação ao corpo, feminino, que se materializa também como um território no contexto latino-americano de lutar ao redor da vida e da morte. No artigo *Interseccionalidades en el cuerpo-territorio*, os autores refletem sobre a constituição de sujeitos políticos desde lugares de subalternidade, evidenciando a materialidade dessas pessoas em corpos humanos, orgânicos, atravessados por diversos fatores identitários que lhes assinalam um lugar no mundo e na luta política ao redor do poder e da vida, e que podemos estender para pensar a materialidade também da migração para a qual olhamos:

Cuerpos muchos caminan por Nuestra América. Tonalidades diversas, paleta mestiza que concentra y diluye pigmentos. Formas varias, que se estiran o engrosan por distintas latitudes. Cuerpos



como puntos de encuentro de la memoria que recorre nuestras venas, de los territorios que habitamos y de todas las que habitaron antes que nosotras. Cuerpos y territorios. Geografías sexualizadas, racializadas. Carne y hueso oprimidos en sus lugares de origen o lanzados en la diáspora de un continente que desborda sus fronteras (GONZÁLEZ, GARCÍA, LEZICA e LOZANO, 2020, p. 63).

Quando falamos de migração, nos interessa reivindicar que existe um material através do qual, enquanto seres humanos, existimos, o corpo biológico que é a pessoa humana, quer dizer, lembrar do fato de que somos animais e existimos, pensamos e agimos através de nossos corpos orgânicos. Esse com o qual escrevemos e pensamos esse texto; O corpo que é o meio como vivemos, através do qual as pessoas decidem, impulsadas por diversas razões, sair de um determinado lugar para ir a outro, em migração, enfrentando uma série de desafios em nome da busca por uma vida melhor. Inspirando-nos no trabalho de Giulia Marchese (2019) sobre a violência contra as mulheres, é possível pensar suas reflexões no campo dos estudos migratórios e dizer que o corpo de cada pessoa imigrante “(...) *es lo que le permite tener experiencia del mundo, una experiencia que está estructuralmente marcada por una violencia selectiva, parametrizada según sexo/género, raza, color de piel, edad, nacionalidad y condición de clase*” (p. 10).

E assim se compõe a identidade dessas pessoas imigrantes. Perpassadas por uma série de aspectos que são sociais e culturais e que moldam nossa existência no mundo. É através do corpo, de suas possibilidades de movimentar-se que centenas e centenas de pessoas latino-americanas e caribenhas, diante de condições de existência que percebem limitantes ou inclusive incompatíveis com o que querem para suas vidas, escolhem despedir-se de onde vivem e ir embora, atravessando as selvas, como Darién, entre Colômbia e Panamá, os mares, como o Mediterrâneo, os rios, como o Bravo entre México e Estados Unidos ou o Suchiate entre Guatemala e México. Esse movimento, humano, de ir para cá e para lá, de mover-se, se constrói a partir do corpo que está migrando, seres que respiram, se alimentam, se preservam, se relacionam.



O conceito de corpo-território pode ter seu marco inicial assentado entre comunidades indígenas da Guatemala que lutavam por seus direitos contra a expropriação e exploração do território onde viviam, assinalando a grande importância da terra, do espaço do mundo à vida humana. Para suas lutas, as mulheres assumiam um protagonismo fundamental, isto é, se colocavam literalmente de corpo para enfrentar ameaças e violências em nome da defesa dos seus direitos, assumindo-se como protagonistas de lutas políticas de vida ou morte (HERNÁNDEZ, 2020; MARCHESE, 2020). Relacionado assim ao “feminismo comunitário”, que se desenvolve em diálogo crítico com as teorias feministas ocidentais, leva em consideração como um de seus fundamentos a experiência da violência, sobretudo sexual, vivida por mulheres indígenas em suas comunidades bem como a apropriação de ferramentas analíticas e discursivas do feminismo hegemônico do modo que lhes seja útil para elaborar suas reivindicações com relação a essa violência (DUTRA e BANDEIRA, 2015). Assim, as autoras reivindicam outra feminista da região, Lorena Cabnal (2014) para quem o conceito de corpo-território

consegue dar conta do ponto de partida epistêmico para situações singulares de violência, uma vivência que mulheres indígenas conseguiram identificar olhando para os sinais dos próprios corpos e se auto-reconhecendo no direito de pensar e produzir pensamento político e científico sobre elas e suas comunidades. O *corpo-território* refere-se à impossibilidade de viver a plenitude da vida enquanto sujeitas forçadas a se separar da terra. Ou seja, a terra não no sentido da propriedade privada dada pelo mundo ocidental, mas a terra para estar em identificação e relação com o cosmos, o corpo e o espaço como sendo indissociáveis (DUTRA e BANDEIRA, 2015, pp. 9-10).

O corpo é historicamente objeto de controle nos mais diversos sistemas e regimes políticos (SEGATO, 2014; MARCHESE, 2019; 2020) e através dele se governa, não sendo diferente no caso das imigrações. Se por um lado destacamos que são as próprias pessoas, através de seus corpos e vontades, que produzem o ato de (e)(i) migrar, é nesses mesmos corpos que recaem as punições, diretas ou indiretas,



derivadas das diferentes formas de gestão da imigração no contexto do continente americano. Nas migrações Sul-Sul para a qual quando chegam a um local de destino, seja de forma permanente ou temporária, os corpos vivem e sobrevivem através de diversas estratégias que as pessoas imigrantes desenvolvem para, mesmo em um contexto de muitas incertezas, seguir desfrutando de suas vidas.

Nesse sentido, o que propomos aqui é que a imigração também permite ampliar a noção de território a partir da experiência de vida das pessoas imigrantes, assumindo assim a possibilidade de utilizar-se o conceito de corpo-território para falar sobre imigração e direitos. Quando pensamos na figura jurídica da pessoa imigrante, percebemos uma condição de existência baseada na diferenciação e exceções, já que essa pessoa por ser imigrante não terá acesso pleno a diversos direitos construídos como universais e indispensáveis aos seres humanos. Assim como a abstrata categoria de mulher universalista à qual se critica nos estudos de gênero decoloniais, também é possível pensar que o mesmo efeito discursivo e prático ocorre com a figura da pessoa imigrante, esse apagamento da diversidade humana em nome de uma homogeneização que dificulta o desenvolvimento da plenitude humana.

Quando pensamos em todas as marcas, físicas e psicológicas, que pessoas imigrantes e em migração carregam em seus corpos, suas batalhas individuais e coletivas, se torna evidente importância deste para a existência e continuidade da migração. O corpo é território porque a pessoa se move, transita. O corpo é território porque os direitos humanos são necessários aqui e agora, aonde quer que esteja esse corpo, essa pessoa imigrante, independente do discurso jurídico-político baseado no ordenamento das fronteiras e estados nacionais como fundamentadoras de direito. Assim, a migração possui em si a dimensão do corpo-território, representado agora na carne de homens e mulheres imigrantes e em migração.



Em Tapachula essas mulheres e homens imigrantes estavam por todos os lugares da cidade. Em todas aquelas ruas transitadas do centro, parte da cidade na qual se assenta o poder político e sede religiosa, com ruas por onde era possível se sentar durante horas em um banco e a cada par de segundos ver algo novo, alguém novo, outra coisa... Eram em sua maioria mulheres quem atendiam nos salões de beleza improvisados, sentadas em bancos de plástico debaixo de guarda-sóis trançando cabelos, cuidadosa e meticulosamente, colocando as contas coloridas. Se abanando fortemente com um leque, aquele calor insuportavelmente úmido de Tapachula. Eram em sua maioria mulheres as que cozinhavam nas barracas de comida no restaurante de rua também improvisado ao lado do mercado central da cidade. E eram sobretudo pessoas, homens e mulheres vindos de diversos países da América do Sul e do Caribe, que transitavam por esses espaços, ocupando-os e movimentando-os de acordo com suas demandas.

Nas ruas dessa cidade se criam espaços, se ressignifica o lugar a partir dessa ocupação imigrante. Ali se corta cabelo, se faz penteados. Na rua, numa divisão mais ou menos organizada de tipos de comércio, está o pequeno setor de restaurantes, um posto colado ao outro, grandes panelas de metal em fogões improvisados, cadeiras e mesas plásticas, grandes, toldos para esconder-se do forte sol de quase todos os dias. Tudo é carregado de lá para cá amontoados em carriolas, inclusive os pequenos bujões de gás, os alimentos *in natura*, as mercadorias compradas nos mercados para serem preparadas ali, na cozinha de comida haitiana que se formou espontânea, mas conscientemente, entre trabalhadores e clientes, em sua grande maioria também de origem haitiana.

Os ingredientes das refeições são, como nos restaurantes mexicanos, comprados localmente, mas preparados segundo o conhecimento de cada pessoa e de acordo com suas identidades afetivas e culturais, algo como uma gastronomia da nostalgia. Os pratos de comida, bem servidos, eram levados para outros lugares ou comidos



ali, num fluxo de movimentos incessante e entre um intenso som de conversa, de risadas, de momentos em que desconhecendo as duas línguas mais faladas ali, francês e créole, se pode imaginar diversos cenários, diversos diálogos: pensar que há briga ou tensão, que há discussões calorosas e debates intensos. Enquanto pesquisadores que desconhecem o idioma, o que se conclui é a intensa necessidade da troca, do diálogo, sobretudo diante da permanente conversa que dura o tempo todo. Sentados observando, se nota os vapores subindo entre as panelas, e embora não seja fácil sentir o cheiro porque usamos máscaras de segurança médica, vemos as cores das comidas preparadas, e escutamos o movimento constante da cozinha: panelas, colheres, embalagens de isopor.

Há muita ação e muita vida ali. De um lado as pessoas cortando cabelos, fazendo tranças, escolhendo acessórios. Também há gente vendendo roupas, sapatos, meias e aparelhos eletrônicos, numa mistura entre imigrantes e pessoas locais. Homens e mulheres conversam entre si. Riem, olham ao redor, anunciam seus pratos do dia. Algumas oferecem seus produtos, outras trabalham e observam em silêncio, concentradas. Algumas sorriem. São pessoas altas, magras, gordas, baixas, usam mais ou menos acessórios. Estão todas ali, trabalhando, produzindo comida, estética, moda, cultura, alimentando e sendo alimentadas.

Na outra quadra, detrás dessa rua, está a praça central da cidade, Parque Hidalgo. Ali também há um fluxo constante de pessoas, vendedores ambulantes vendendo bebidas frias em pequenas caixas de isopor, cintos de roupa e objetos eletrônicos. Pessoas sentadas, conversando e observando, pessoas caminhando e passando apressadas. Ali, foi possível conversar com algumas pessoas, entre elas um imigrante haitiano que comentou que sentia falta da comida que comia antes de chegar e estar em Tapachula, já que comida mexicana era muito diferente da que ele estava acostumado.



Nesse momento, a pesquisadora brasileira concordou, sentiu-se contemplada pelo desabafo de seu interlocutor. Desde que começou a viver no México não deixou de comer arroz e feijão como no Brasil, mas sentia que era tão diferente a forma como se preparava os dois que quase não era a mesma coisa. Comentando sobre o pequeno setor de restaurantes na rua de trás, do mercado, o homem disse que o conhecia e que comia lá todos os dias, mas que não era a mesma coisa ainda assim. Fez questão de dizer que o fazia sobretudo para fortalecer o negócio dos compatriotas. *Wilkerson*³⁹ havia vindo do Chile, e dominava muito bem o espanhol, mas comentou que percebia como muitos haitianos batalhavam para se comunicar porque não sabiam nada do idioma, assim como sentíamos que não sabíamos nada do francês e do créole, como a maioria das pessoas nativas locais que se relacionavam com essa imigração em específico.

Todos os dias homens e mulheres imigrantes saíam às ruas, sem saber nada de seus processos migratórios, muitos já sem possibilidades de receber ajuda de parentes vivendo em outros países, para procurar seguir adiante suas vidas, isto é, vive-las. Que fosse para passar boa parte do tempo na praça, era ali que muita gente encontrava algum tipo de apoio, de distração, estabelecendo relações sociais entre a própria comunidade imigrante por nacionalidade, mas também com outros e outras imigrantes e com a população local, relações de diversas naturezas que enchem o lugar de vida. As pessoas imigrantes ocupavam aquele território, as ruas, as banquetas, os bancos, as praças, os mercados, fazendo-se presente em sua cultura e através de seus próprios corpos e distantes de seus territórios de origem, sustentavam ali suas diferentes nacionalidades de alguma maneira ressignificando esses espaços e gerando efeitos que pouco a pouco se iam percebendo entre os diversos setores que compõe essa sociedade de Tapachula.

³⁹ Nome fictício atribuído para preservar a identidade do interlocutor.



3. Fazendo território todos os dias enquanto eu estiver aqui: imigração e vida

Quando Milton Santos (1988) discute a geografia e o território, fala também da ideia de “espaço habitado”, pensando-o não só como a própria Terra, organismo biológico indispensável à vida, como também acrescentando a dimensão social característica do ser humano de que essa Terra base, é também o espaço habitado. Este, por sua vez se inscreve e produz o território, que segundo Gottman (2012) não é uma dádiva ou um fenômeno puramente físico, mas sim um produto que envolve determinações da ação humana, da forma como se distribui e se acomoda a humanidade pelo espaço, dos usos que se faz e dos processos políticos inscritos ali. Para Milton Santos (1998) as migrações seriam, assim, uma das principais formas dessa espacialização humana pelo território-terra.

Como também diz Huerta (2019), as migrações ajudam a expandir e redimensionar nosso entendimento sobre o “território”, muito atrelado, em leitura predominante e naturalizada, às delimitações feitas a partir da configuração de divisão do mundo em Estados nações, possuidores de fronteiras e porções de terra determinadas onde vivem suas “populações nacionais” (Gottman, 2012). Dessa forma, nos somamos à visão de que há uma possibilidade de expansão acerca do entendimento de território gerada a partir do movimento de pessoas imigrantes transpondo as estáticas fronteiras nacionais que delimitam os países e são raiz da construção da ideia de cidadania.

A imigração, mais especificamente as pessoas imigrantes, de forma mais ou menos consciente, apresenta uma crítica às noções prevaletentes de cidadania e direitos que estão fundamentados em uma leitura do território enquanto garantidor de uma nacionalidade, inclusive daqueles direitos chamados “humanos”. Desde a perspectiva da subjetividade da imigração e do fato de que essas pessoas estão



vivendo suas vidas, mas não nos locais onde nasceram, se faz necessária uma concepção distinta sobre “quem tem direitos a ter direitos”, já que sem possuir qualidades suficientes para serem “cidadãs”, pessoas imigrantes, nas sociedades de destino ou de trânsito, ainda assim apresentam qualidade humana para possuírem direitos.

Não é que Tapachula não conte com uma já grande quantidade de salões de beleza ou restaurantes, por exemplo, inclusive em condições de mais estrutura física do espaço, mas muito chamou a atenção durante o trabalho etnográfico de como essas duas vertentes econômicas foram rapidamente organizadas, nos levando a refletir sobre por quais razões exatamente seriam esses dois ramos os mais presentes entre a economia imigrante, nestes casos sobretudo haitiana e de identidade negra, na cidade.

Corpos racializados negros, com suas marcas físicas específicas e representando ampla diversidade estética estavam presentes cotidianamente naquela região central de Tapachula. Ali, víamos os cabelos trançados ou *black power*, além de acessórios e vestimenta presentes apenas na estética da população negra. Nilma Lino Gomes (2019) elabora importante discussão sobre a importância do corpo e do cabelo para a construção da identidade negra, e naquele contexto de imigração em uma região cuja população local não é em sua grande maioria negra, se tornou evidente como ditos elementos estéticos identitários eram inseridos e começaram a fazer parte do cotidiano das ruas da cidade.

Com relação à alimentação, ainda que os alimentos base usados na preparação da comida fossem os mesmos que os usados por mexicanos ou centro-americanos, eles eram cozinhados de outra forma, seguindo outra lógica de tempero, forma de preparo e combinações, como bem apontou Wilkerson em nossa conversa. Dessa



forma foi possível interpretar que a existência desses dois ramos específicos de economia refletiam a necessidade e importância para

um setor da população imigrante local de afirmar a própria identidade, não só reivindicando como também construindo esses espaços já que previamente à sua chegada e assentamento na cidade eles não contemplavam suas necessidades culturais e afetivas.

As formas de gestão da imigração no contexto mexicano, sobretudo baixo influência dos Estados Unidos da América, transforma México em uma fronteira vertical ou *tapón* do território estadunidense (Huerta, 2019). Podemos perceber diferentes formas de tentativa de controle e dominação dos corpos imigrantes, das pessoas, e de suas vidas – que assumem contornos mais violentos e perversos quando nos atentamos às intersecções identitárias que compõem esses corpos, como o caso do gênero e da raça/nacionalidade, e fazem deles mais ou menos cidadãos diante daquele país de trânsito – ou destino. Como já expusemos anteriormente, muitas dessas formas de controle se não iguais se assemelham àquelas mapeadas pelas reflexões feministas decoloniais, e buscam homogeneizar todas as identidades baixo o estigma de imigrante, apagando assim as identidades culturais e étnicas-raciais dessas pessoas.

Em Tapachula foi possível presenciar, e segue sendo notícia cotidiana no México e no mundo, um cenário quase bélico e de desespero com relação à presença imigrante. Verdadeiros operativos militares para desarticular caravanas migrantes, centros de detenção, as chamadas Estações Migratórias, que se efetivam como verdadeiras prisões (CAMPOS-DELGADO, 2020), práticas de violência e racismo institucional das mais diversas naturezas, sobretudo aquela que tenta vencer as pessoas pelo cansaço e pela desumanização: o cansaço dos complexos trâmites e passos burocráticos constantemente requeridos e pouco explicados, a ausência de



transparência e de fornecimento de informação de qualidade, a falta de paciência em construir comunicação com pessoas que não falam nativamente o espanhol (ou o falam de formas diferentes), a suspensão de prazos por tempo indeterminado em razão da pandemia, que afetava também diretamente o sustento econômico dessas populações, a violação sistemática de direitos em nome da “estrangeira” ou não cidadania plena, porque essas pessoas são tidas primeiro como “imigrantes indocumentados”.

Cansar e vencer o corpo por uma desumanização dessas pessoas para que elas pouco a pouco se apaguem, se conformando nessa “massa” de imigrantes que, desde um ponto de vista do Estado, não deveriam estar ali. Assim relatou *Valter*⁴⁰, homem venezuelano preso duas vezes em Estações Migratórias diferentes. Em entrevista, Valter contou como em sua percepção o mais violento de tudo era esse constante “pouco caso” que agentes da migração faziam das pessoas, tratando-as “como bichos, animais”. Nesse contexto, não seria de se estranhar que pouco a pouco se vai desanimando, desesperando. Quantas pessoas gritando diante de grades e portões fechados de instituições relacionadas à gestão da imigração vimos com nossos próprios olhos; quantos relatos de variados tempos de espera e incerteza burocrático-legal além de financeira, escutamos. Olhos fixando em pontos perdidos, lágrimas ou resignação. Todas essas marcas de um processo migratório que violenta subjetivamente cada uma daquelas pessoas que não escolheu precisamente estar ali.

É nesse contexto de uma política imigratória e de mobilidade restritiva, racista, controladora e punitivista que a ocupação daquele território de trânsito e permanência que se tornou Tapachula se construía cotidianamente a partir da presença dessas comunidades e identidades imigrantes tão heterogêneas entre si. Diante do racismo e do apagamento identitário sistemático que a maioria das

⁴⁰ Nome fictício conforme solicitado ao entrevistado para preservar sua identidade e integridade.



políticas migratórias vem promovendo na região, restaurantes e salões de beleza improvisados parecem representar, mais que formas de economia e manutenção da vida básica, resistência e afirmação de identidades e aspectos culturais fundamentais nas relações que estabelecemos entre nós, humanos, e com o espaço onde vivemos.

Corpos concretos, tridimensionais, marcados por categorias identitárias (MARCHESE, 2020, p. 26) somos nós, são essas mulheres e homens imigrantes sujeitos dessa e de tantas pesquisas, de tantas políticas públicas, de intensos debates. Aqui, fica impossível não afirmar que a imigração produz vida em condição adversa. As pessoas fazem questão de arrumar seus cabelos e (re)afirmar sua identidade negra nas ruas de Tapachula, escancarando, mas também combatendo esse racismo institucional e social mexicano mundial, em que corpos negros e indígenas são mais violentados, em que imigrantes cujas nacionalidades e identidades estéticas estejam vinculadas ao Sul Global enfrentam mais dificuldades em suas vidas desde seus países de origem e em seus trajetos migratórios pelo mundo. Através de seus corpos, cotidianamente essas pessoas faziam território, reivindicando o direito à existência humana.

Muitos eram os relatos de pessoas haitianas sobretudo, inclusive vindas do Brasil, que afirmavam nunca ter vivenciado um racismo como o experimentado em Tapachula. Seus relatos envolviam a experiência de viver na cidade: “aqui eu sofri racismo, la no Brasil não”, disse um homem haitiano que viveu 11 anos no Brasil e estava há um mês em Tapachula. Diante dessa violência, homens e mulheres imigrantes assumiam suas identidades negras como algo a ser visto com orgulho. Se não há salões de beleza que possam contemplar nossos cabelos, fazemos os nossos. Se essa comida não nos alimenta também a alma e o coração, fazemos a nossa. Não é uma questão de disputa ou hierarquia, mas de afirmação e percepção de que os



corpos humanos são diferentes e que a diferença pode ser sustentada num mesma espaço, para além da violência racista, colonialista e machista.

A realidade é corporal, corpórea. A identidade dessas pessoas também. São imigrantes, mulheres, homens, negros, indígenas, brancos, altos, magros, de diferentes nacionalidades e que falam diferentes idiomas. São em primeiro lugar pessoas, que reivindicando seu direito a viver uma vida que se vive aqui e agora, ocupando espaços onde constantemente estão fazendo território ao viver através do próprio corpo. Através da migração se habita o espaço, fazendo-o acontecer ao mesmo tempo em que se (re)significa aquele lugar a fim de que se possa dizer: “é aqui que eu vivo”.

Ainda que Tapachula não represente o destino almejado pela maioria dos e das interlocutoras dessa pesquisa, e que seus projetos migratórios envolvam uma e outra vez a construção e (re)significação de novos territórios, a materialidade e imediatez da vida a ser vivida e experimentada pelas pessoas imigrantes escancara as debilidades das políticas migratórias e do contexto de crise, produzida sobretudo pelo Estado que gere e significa essa migração.

Ningún derecho se puede vivir fuera del cuerpo. El cuerpo, entonces, deviene en territorio en el que aterrizan los significados culturales de las diferencias sexuales y los mandatos patriarcales. En consecuencia, el cuerpo siempre será el espacio que intentará ser controlado” (BARRIOS-KLEE e MAZARIEGOS, 2020, p. 125).

Acreditamos que exatamente porque o corpo é sempre esse espaço que se almeja controlar na política, pensando em nosso tema de estudo que são as migrações internacionais e o papel questionador que elas possuem em relação a elementos cristalizados que compõe o sistema político-econômico estatal e capitalista, que a gestão das imigrações será sendo um tema de intensos debates, potencialidades e elementos de denúncia contra um sistema de mundo baseado na desigualdade e na



não valorização da diferença, possuindo um discurso de homogeneização das sociedades humanas que é incoerente com a realidade do mundo, como nos demonstram as ruas quentes e povoadas de Tapachula e a diversidade comunitária possível que se constrói naquele território.

A imigração tem o potencial de demonstrar que não só o entendimento sobre território é construído politicamente (MARCHESE, 2019; 2020) e, portanto, pode mudar, como que também é preciso repensar estruturas de compreensão e organização do mundo que são racistas, xenofóbicas, machistas e colonialistas, avessas à diferença humana e identitária, que dentro de uma lógica de comunidade nacional e estatal é quase sempre pensada na chave da inimizade ou inferioridade “cultural” e na necessidade de um constante controle e regulação desses corpos estrangeiros. Essa é apenas uma forma de ver o mundo. O aporte teórico, metodológico e ético que o feminismo decolonial latino-americano representa, permite visualizar outras formas de sustentar os direitos humanos que não seja a circunscrita nas fronteiras dos Estados nações.

Essa é importante lição deixada pelo lutas de mulheres nos campos de Abya Yala, e também pela resiliência de pessoas imigrantes que viajam e seguem viajando por diversos países do mundo, caminhando com seus próprios pés, companheiros e companheiras, imaginando um mundo melhor – não apenas para elas, para todo mundo: *“Entendernos comunitariamente como cuerpo-territorio implica un autorreconocimiento colectivo para construir círculos de confianza y autoconciencia que apuesten en hacer de la violencia algo legible”* (MARCHESE, 2019, p. 30).

A resistência em manter costumes, práticas, estéticas – em afirmar a identidade e, conseqüentemente seus próprios corpos, também pode ser entendida em um chave de luta emancipatória diária, de base. A pressão e constante intento de controlar os corpos gera também como resposta a vontade de viver, isto é, de lutar pelo direito à



vida, apesar do cansaço. Estar todos os dias de pé nas filas das instituições burocráticas para tentar negociar e disputar seus direitos. Depois, viver uma rotina de vida, de trabalho, de cuidado dos filhos, de trançar os cabelos, de lavar as poucas e preciosas roupas que se carrega nas mochilas, nas malas, nas sacolas. A vida reproduzindo-se, apesar dos regimes de exclusão, dificuldade, morte.

O corpo é assim, a seu modo, um território. As migrações internacionais em espaços habitados como Tapachula são movimentos compostos e protagonizados por corpos humanos que se veem despojados de seus direitos de vida pela imposta condição de ser imigrante. Assim, os processos de encontro e criação existentes nesses espaços que vão se fazendo (sendo feitos) lembra de muitas formas as experiências narradas por Lira, Nucamendi e Gutiérrez (2020) sobre as mulheres indígenas mesoamericanas em suas práticas de luta e resistência, e que em nosso entendimento pode aplicar-se, em modo de encerramento, também para pensar a imigração:

Mientras relataban sus procesos personales era evidente que el cuerpo, antes concebido como los atributos físicos, ahora estaba dotado de una dimensión subjetiva en la que se encuentran imbricadas nuevas identidades, conciencia, saberes y habilidades. Esa dimensión subjetiva del cuerpo las trasciende como individuos y se convierte en subjetivo colectivo a través de los afectos, los vínculos y la interacción con otras mujeres y con sus comunidades (p. 221).

Considerações finais: direito à diferença, direitos humanos fundamentados no corpo

Quando as teorias feministas latino-americanas falam de corpo-território no contexto das lutas sociais das mulheres, entendemos que sobretudo existem formas



de violência e de subjugação que os corpos femininos estão mais suscetíveis e elas se dão diretamente sobre esses mesmos corpos, marcados pelos aspectos identitários específicos que lhes subjuga a essa condição de dominação. Em contrapartida, apesar das dominações e violência, são esses mesmos corpos que sustentam a vida, o fôlego de lutar, transformar, de mover-se de um lado a outro, organizar, falar e criar. Assim é também com o corpo que migra. Cada pessoa em sua migração produz uma série de movimentos, enquanto ela mesma os vai vivendo e experimentando desde seus próprios corpos e ações.

Foram várias pessoas que dividiram nessa pesquisa as histórias de suas travessias, não só por Darién, o tema muitas vezes recorrente de conversas, mas por outros caminhos igualmente difíceis. Dezenas de histórias de vida compartilhadas demonstrando que em todas elas havia em comum a experiência corporal e material dessas caminhadas, literalmente, vividas em seus próprios corpos. Aquelas pessoas estavam ali, passando por todos aqueles obstáculos, e ainda assim se levantavam todos os dias para ir viver a vida aqui e agora.

Desde um ponto de vista do ordenamento burocrático do mundo e dos países, apesar de existirem marcos jurídicos e normativos importantes que buscam dar conta das violências e violações de direitos que existem contemporaneamente, documentos universais como a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 ou o Estatuto do Refugiado de 1951, estes não serão realmente respeitados em se tratando de corpos humanos, de pessoas, enquanto prevalecerem ideias como soberania, Estado-nação, racismo e nacionalidade. Todos esses são elementos vitais que estruturam nosso mundo, que é desigual e injusto, construído através do racismo, do colonialismo extrativista, do machismo.

Com relação a isso, enquanto pesquisadores acadêmicos e pessoas que se propõem a pensar sobre esse tema, ambos os autores tendo vivido ou vivendo fora de seus



países de origem na condição de imigrante e experimentando em nossos corpos essa vida estrangeira de nossas próprias formas e a partir de nossas identidades enquanto brasileira, branca, mulher, mexicano, branco, homem, nos foi possível entender como essa lógica de segregação se expressa na forma como nossa vida de desenvolve nos territórios destino para viver nossas vidas, nos sendo possível desde nossas próprias peles perceber essa forma de estruturação e gestão desigual do mundo e da migração.

Por essa razão desejamos convidar os e as leitores e leitoras a pensar uma possibilidade de mundo onde as fronteiras possam ser pontes entre povos, espaços de vida habitados a partir de que todas as condições humanas básicas sejam supridas quando se fala de dignidade humana. Acreditamos ser possível um mundo onde os direitos humanos sejam baseados na condição, também humana, da diferença e diversidade possível dos corpos orgânicos. Esse é o convite brilhante que a presença imigrante no mundo, deslocamentos humanos, nos pode apresentar. A possibilidade de reconhecer que cada corpo é um território uma vez que esse é o meio pelo qual nós existimos, tão singelamente verdade, no mundo em que habitamos. Um convite a pensar uma noção de direitos humanos baseada no corpo orgânico, corpo-território, e não no território-nação, que sustenta a ideia de cidadão – de algum lugar. É, de alguma forma, uma radicalização ou coro à noção de cidadania universal? Talvez, no sentido de que reivindica a possibilidade de que a fundamentação da nossa concepção de mundo de direitos seja na possibilidade da diferença, na variedade de tipos de corpos, fonte básica do direito humano, qualquer que seja.

É ainda uma reflexão epistêmica e metodológica que busca refletir sobre o papel da pesquisa na produção de um conhecimento de mundo implicada, que ajude a denunciar e transformar, a ecoar vozes cotidianamente silenciadas. Um estudo que reconhece e valoriza a dimensão humana do mundo, das significações que



construímos nas relações que vivemos. De alguma forma, somos estrangeiros em algum lugar – e ainda assim seguimos sendo nós mesmos, desejando existir aqui e agora. Um corpo-território que alimente as reflexões sobre as imigrações e os mundos onde caibam muitos mundos⁴¹.

Referências

ALEXANDER, Jacqui; MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminist genealogies, colonial legacies, democratic futures**. 1. ed. Nova York: Routledge, 1997.

ÁLVAREZ VELASCO, Soledad. **Frontera sur chiapaneca. El muro humano de la violencia. Análisis de la normalización de la violencia hacia los migrantes indocumentados en tránsito**. 1. ed. México: Universidad Iberoamericana, 2016.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. 1. ed. São Paulo: N1 Edições, 2019.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismos descoloniais para além do humano. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 929-934, 2014.

DUTRA, Délia. BANDEIRA, Lourdes Maria. Estudos de Gênero na América Latina: dinâmicas epistêmicas e emancipações plurais. **Revista de Estudos e Pesquisa sobre as Américas**, v. 9, n. 2, 2015.

MUÑOZ BRAVO, Tomás Milton. Políticas migratorias en México y Venezuela: análisis de respuestas gubernamentales disímiles ante procesos de inmigración y emigración internacionales. **Desafíos**, Bogotá, v. 28, n. 2, p. 333-366, 2016.

GOMES, Nilma Lima. **Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 3. ed. Brasil: Autêntica, 2019.

GOTTMAN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Brasil, v. 2, n. 3, 2012.

41 Essa frase é uma alusão à consigna zapatista “por un mundo donde quepan muchos mundos”. O zapatismo foi um movimento de levante indígena em Chiapas, México, a partir de 1994 e que até hoje se organiza em comunidades autônomas que possuem seus próprios sistemas de funcionamento, críticas ao poder social dominante e aos seus governos.



HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 7-41, 1995.

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania; BAYÓN JIMÉNEZ, Manuel. **Cuerpos, territorios y feminismos**. Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas. 1. ed. Ecuador: Ediciones Abya Yala, 2020.

HUERTA, Amarela Varela. México, de "frontera vertical" a "país tapón". Migrantes, deportados, retornados, desplazados internos y solicitantes de asilo en México. **Iberoforum. Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Iberoamericana**, México, ano XIV, n. 27, p. 49-76, 2019.

JOHNSON, Cristina Gómez; MORENO, Fernanda Espinosa. Transformaciones en las migraciones contemporáneas en México (2000 - 2019). Acercamientos a las violencias y solicitudes de refugio. **Estudios Políticos**, Medellín, n. 58, p. 17-44, 2020.

MÉXICO. Ley de Migración. 25 mai. 2011. Disponível em: <<https://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/ref/lmigra.htm>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2021.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tábula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.ok

MARCHESE, Giulia. Del cuerpo en el territorio al cuerpo-territorio: elementos para una genealogía feminista latinoamericana de la crítica a la violencia. **Revista EntreDiversidades**, México, vol. 6, n. 2(13), pp. 9-41, 2019.

MARCHESE, Giulia. Subvertir la geopolítica de la violencia sexual: una propuesta de (contra)mapeo de nuestros cuerpos-territorios. In: CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania; BAYÓN JIMÉNEZ, Manuel **Cuerpos, territorios y feminismo. Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas**. 1. ed. Ecuador: Ediciones Abya Yala, 2020, p. 227-303.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) Mulher? In: ALGRANTI, Leila (org.): **A prática Feminista e o Conceito de Gênero. Textos Didáticos**, n. 48. Campinas, IFCH-Unicamp, 2002. p. 7-42.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 1. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1988.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração e os paradoxos da alteridade**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 1998.



SEGATO, Rita. **Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres**. 1. ed. Puebla: Pez en el árbol, 2014.

SIERRA, Marta. Tercer espacio: las geografías paradójicas del feminismo y la colonialidad. In: BIDASECA, Karina; OTO, Alejandro de; OBARRIO, Juan; SIERRA, Marta (org.). **Escrituras Fronterizas desde el Sur**. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2014. p. 223-241.

Unidad de Política Migratoria, Registro e Identidad de Personas: Boletín Mensual de Estadísticas migratorias 2021. México: Gobierno do México, 2022. Disponível em: <[http://politicamigratoria.segob.gob.mx/es/PoliticaMigratoria/Boletines Estadisticos](http://politicamigratoria.segob.gob.mx/es/PoliticaMigratoria/Boletines_Estadisticos)>. Acesso em: 13 de março de 2022.